

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Dtcom - Direct to Company S.A. ("Dtcom" ou "Companhia"), é uma sociedade de capital aberto, com sede em Quatro Barras, Paraná e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) sob o código DTCY3, Nível Básico.

DTCOM realiza desenvolvimento e produção de conteúdo digital através dos seus canais, atendendo clientes corporativos e instituições acadêmicas. Além de desenvolver conteúdo técnico, acadêmico entre outros, customizado (Inteligência Educacional e WAYCO), a DTCOM oferece por meio de suas plataformas tecnológicas acervos de cursos e treinamentos para o desenvolvimento de pessoas, bem como de gestão de aprendizagem, colaboração e gestão do conhecimento (DTcom2GO). A DTCOM também oferece soluções de tecnologia e conectividade (Teleporto) com gravação de vídeos, conteúdo, transmissão via satélite ou internet, TV corporativa, permitindo aos seus clientes compartilhar conteúdo com seus colaboradores e alunos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 5.170 (2019 - R\$ 8.460).

Foram renegociados contratos com fornecedores e realizadas ações de melhoria na gestão e redução de gastos. A administração vem buscando alternativas de financiamentos com a finalidade de alongar o perfil da dívida e assim melhorar a relação entre passivo circulante e ativo circulante.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2020, com o objetivo de fortalecer a Companhia e racionalizar a estrutura societária da mesma, deliberou-se a aprovação para realização de aumento de Capital Social dentro do limite do capital autorizado, sendo o aumento de capital no mínimo de R\$11.790.000,00 (onze milhões e setecentos e noventa mil reais) o máximo de 14.934.000,00 (quatorze milhões, novecentos e trinta e quatro mil reais), a ser realizado mediante a emissão de no mínimo 3.000.000 (três milhão) de novas ações e no máximo 3.800.000 (três milhões e oitocentos mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem subscritas ao preço unitário de R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos), sendo garantido a todos os acionistas da Companhia o direito de preferência na subscrição das novas ações a serem emitidas, nos termos da legislação aplicável. Em 28 de janeiro de 2021 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para a homologação do aumento de capital. Esta medida, reduziu o endividamento mediante a conversão dos mútuos em ações.

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Administração acredita que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, os diretores entendem que a Companhia tem capacidade para contratá-los.

A Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que inclui, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), as instruções e demais orientações emitidas e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

("CVM") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), as quais, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e que estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 4. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo manifestação em contrário.

A Administração da Companhia autorizou em 30 de março de 2021, a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2 Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, que, no caso de ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis, e, portanto, na determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações financeiras e seus efeitos referem-se a:

- (a) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("provisão para *impairment* do contas a receber") (Nota 6);

A Companhia efetua estimativa de perda das contas a receber considerando o histórico de perdas dos clientes e as perdas esperadas baseada nas análises de deterioração de riscos de créditos dos clientes monitoradas pela área de crédito e cobrança, consistentemente com a política contábil aplicada.

- (b) Recuperabilidade e vida útil do acervo técnico classificado no ativo intangível (Nota 9).

A Companhia revisa anualmente a vida útil do acervo técnico relacionado ao desenvolvimento de cursos disponibilizado em plataforma e oferecido em forma de acesso aos seus clientes. A recuperabilidade está vinculada as premissas de geração de lucros futuros que leva em conta a estimativa de receita a ser gerado nos anos seguintes, deduzida da amortização anual.

No entendimento da Administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

3.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

3.4 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

i. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao custo amortizado.
- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

ii. Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem, principalmente:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

iii. Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR – Valor Justo por meio do Resultado

Quando existentes, esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iv. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

v. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Para os ativos financeiros que não as contas a receber de clientes classificados como ao custo amortizado, a Companhia avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas. A metodologia de "*impairment*" aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito e indicadores que possam revelar perdas.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

vi. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

vii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

3.5 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "impairment").

3.7 Impostos a recuperar

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Os impostos são mensurados com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

3.8 Ativos intangíveis

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de softwares ou que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A amortização é calculada e reconhecida em bases lineares, respeitando a vida útil estimada de utilização.

O acervo técnico é capitalizado com base nos custos incorridos para desenvolvê-lo, incluindo gastos com pessoal e serviços de terceiros. A amortização ocorre linearmente conforme a vida útil do acervo, que é estabelecida a partir do período de tempo que a Companhia espera obter benefícios econômicos futuros.

3.9 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, máquinas, equipamentos e edificação. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos.

Anteriormente, a Companhia optou por adotar o conceito de “deemed cost” constante do Pronunciamento Técnico do CPC nº 27 e ICPC nº 10.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais", na demonstração do resultado.

3.10 Direito de uso em arrendamento

Um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento.

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não pode ser determinada imediatamente, geralmente, a taxa média dos empréstimos como taxa de desconto. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, os ativos de direito de uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a CPC 01.

A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos está registrada como custo de depreciação dos ativos de direito de uso do arrendamento mercantil. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento mercantil são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros. A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses, e/ou de baixo valor.

3.11 Ativo mantido para venda

O Grupo classifica um ativo como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que este seja o caso, o ativo mantido ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tal ativo. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

um ano a partir da data da classificação como mantido para venda. O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma provisão para ajuste ao valor recuperável é reconhecida em contrapartida ao resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

3.12 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.14 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

3.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Companhia gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.16 Capital Social

O capital social é composto por ações 100% integralizadas conforme nota 14 e classificadas no patrimônio líquido, sendo divididas em ordinárias e preferenciais.

3.17 Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo exercício. Não há instrumentos com o potencial de diluir o lucro básico por ação, nos exercícios apresentados.

3.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.19 Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente, despesas operacionais o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social

3.20 Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

3.21 Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir são atendidos: (i) há um contrato entre a Companhia e seu cliente com direitos das partes e termos de pagamento identificados, possui substância comercial e é provável que a contraprestação será recebida pela Companhia; (ii) as obrigações de desempenho de entregar bens ou serviços estão identificadas; (iii) o preço da transação está determinado; (iv) o preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada foi alocado corretamente; e (v) a obrigação de desempenho é satisfeita em um ponto específico do tempo (venda de bens) ou ao longo do tempo (prestação de serviços).

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.22 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos incluindo de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31.12.2020	31.12.2019
Total de Empréstimos (nota 10)	2.888	2.844
Menos: Caixa e equivalente de caixa Nota 5	(3.554)	(2.521)
Dívida Líquida	(666)	323
Total do Patrimônio Líquido	5.134	4.661
Total do Capital	4.468	4.984
Índice de alavancagem financeira	-15%	6%

4 MUDANÇA EM PRÁTICAS CONTÁBEIS

Alterações em normas que entraram em vigor:

- **Revisão do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos** - Alteração na norma IFRS 16 - Arrendamentos, referentes aos benefícios relacionados ao Covid19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento. Em 7 de julho de 2020, a CVM, através da Deliberação nº 859/20, aprovou alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que equivale a IFRS em questão, a qual, foi atualizada. A referida Deliberação aplica-se aos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

- **Revisão da NBC TG Estrutura Conceitual** - A revisão desta norma, (Equivalente ao CPC 00), entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020 e dispôs sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro.
- **Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios** - alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio.
- **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material** - Essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição.

A Companhia avaliou os efeitos das alterações e não identificou aspectos que impactassem os critérios de reconhecimento das operações ou divulgações.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2020	31.12.2019
Recursos em caixa e depósitos bancários	3.444	2.495
Aplicações financeiras equivalentes de caixa	110	26
	3.554	2.521

As aplicações financeiras têm liquidez diária, com remuneração média correspondendo à 103% da variação do CDI, e com carência de 30 dias.

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em média, a Companhia pratica prazo médio de 20 (vinte) dias corridos, entre a data do faturamento e efetivo recebimento. A Companhia está empregando esforços para reduzir tal prazo para a meta de 15 (quinze) dias corridos, no intuito de ajustar melhor seu fluxo financeiro.

	31.12.2020	31.12.2019
Públicos	4.626	4.466
Privados	2.674	1.869
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.397)	(1.450)
	5.903	4.885
Circulante	1.532	514
Não circulante	4.371	4.371
	5.903	4.885

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas e desconsidera o recebível junto ao Estado de Sergipe. Como critério para constituição da PCLD, a Companhia efetuou uma análise de seus títulos vencidos de acordo com as perdas esperadas e contabilizou a provisão.

A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre títulos vencidos por prazo está demonstrada a seguir:

Vencimento do contas a receber bruto	31.12.2020	31.12.2019
A Vencer	1.254	210
Vencido com atraso de:		
01 a 30 dias	276	286
31 a 60 dias	2	-
61 a 90 dias	-	-
90 a 180 dias	-	18
Mais de 180 dias	5.768	5.821
	7.300	6.335

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

Saldo em 31.12.2018	493
Adições	957
Baixas	
Saldo em 31.12.2019	1.450
Adições	
Baixas	(53)
Saldo em 31.12.2020	1.397

Do total de títulos vencidos há mais de 180 dias, R\$ 4.378 refere-se ao precatório a receber do Estado de Sergipe, cujo direito e mérito de recebimento já foi julgado e favorável à Companhia. Devido a expectativa de recebimento ser superior a 12 meses, o montante é apresentado no ativo não circulante.

7 IMPOSTOS A RECUPERAR (ATIVO) E IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (PASSIVO)

A Companhia reconhece os valores de imposto de renda e contribuição a compensar fruto das retenções na fonte ocorridas durante os exercícios passados. Tais créditos são utilizados para compensar os custos com impostos federais a incorrer no exercício seguinte, tendo impacto direto no fluxo financeiro da Companhia.

Os impostos a recolher são compostos por contribuições municipais, federais e estaduais. A Companhia também apresenta em seu balanço parcelamentos tributários de ISS e INSS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	31.12.2020	31.12.2019
Ativo - a recuperar:		
Imposto de renda e contribuição social a restituir	772	1.106
ISS a restituir	797	665
Outros	10	20
	1.579	1.791
	31.12.2020	31.12.2019
Passivo - a recolher:		
Tributos federais	3.399	2.894
Tributos estaduais	651	1.003
Tributos municipais	122	277
Parcelamento de tributos federais	6.312	6.361
Parcelamento de tributos estaduais	236	311
Parcelamento de tributos municipais	578	852
	11.298	11.698
Circulante	6.753	7.085
Não circulante	4.545	4.613
	11.298	11.698

- (i) O saldo dos tributos federais consiste em R\$ 1.604 de PIS/COFINS/IRF/CSLL, R\$ 1.795 de IRPJ/CSLL.

O saldo do parcelamento de tributos federais consiste em R\$ 2.478 de parcelamento simplificado PIS/COFINS/IRF/CSLL, R\$ 3.834 de parcelamento simplificado INSS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

8 IMOBILIZADO

	Vida Útil	2020			2019		
		Custo de aquisição	Depreciação	Saldo Contábil Líquido	Custo de aquisição	Depreciação	Saldo Contábil Líquido
Terrenos					930		930
Edificações	10a.				1.267	(763)	504
Móveis e utensílios	10a.	1.069	(954)	115	1.069	(910)	159
Equipamentos de som e imagem	10a.	8.705	(8.532)	173	8.700	(8.320)	380
Equipamentos de recepção e transmissão	10a.	11.929	(10.518)	1.411	11.929	(9.856)	2.073
Equipamentos de informática	5a. e 10a.	2.690	(2.537)	153	2.659	(2.474)	185
Outros itens	10a.	439	(389)	50	350	(310)	40
Bens e Direito de uso		2.508	(1.253)	1.255	2.592	(749)	1.843
		27.340	(24.183)	3.157	29.496	(23.382)	6.114

Movimentação do Imobilizado

Custo	2018 Custo	Adições	Baixas	2019 Custo
Terrenos	930	-	-	930
Edificações	1.267	-	-	1.267
Móveis e utensílios	1.069	-	-	1.069
Equipamentos de som e imagem	8.700	-	-	8.700
Equipamentos de recepção e transmissão	11.928	1	-	11.929
Equipamentos de informática	2.612	47	-	2.659
Outros itens	349	1	-	350
Bens e Direito de Uso	-	2.592	-	2.592
	26.855	2.641	-	29.496
Depreciação	(21.458)	(1.924)	-	(23.382)
Total Imobilizado	5.397	717	-	6.114

Custo	31.12.2019 Custo	Adições	Baixas	Transferências (i)	31.12.2020 Custo
Terrenos	930	-	-	(930)	-
Edificações	1.267	-	-	(1.179)	88
Móveis e utensílios	1.069	-	-	-	1.069
Equipamentos de som e imagem	8.700	5	-	-	8.705
Equipamentos de recepção e transmissão	11.929	-	-	-	11.929
Equipamentos de informática	2.659	31	-	-	2.690
Outros itens	350	2	-	-	352
Bens e Direito de uso	2.592	1	(85)	-	2.508
	29.496	39	(85)	(2.109)	27.341
Depreciação	(23.382)	(1.561)		759	(24.184)
Total Imobilizado	6.114	(1.522)	(85)	(1.350)	3.157

(i) Transferência para ativo mantido para venda (Nota 27).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****DTCOM**Comunicação
e Educação**(a) Imobilizado totalmente depreciado em operação**

Custo / Reavaliação / Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2020	31.12.2019
Edificações	1.267	55
Móveis e utensílios	813	644
Equipamentos de som e imagem	8.051	6.471
Equipamentos de recepção e transmissão	7.627	4.607
Equipamentos de informática	2.284	2.148
Outros itens	383	346
	20.425	14.271

Em atendimento ao CPC 27 - Ativo Imobilizado e a ICPC 10, no exercício de 2010 a Companhia contratou uma empresa especializada que realizou um estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas a partir de 01.01.2010, que impactaram positivamente no resultado da Companhia, no exercício de 2010, na ordem de R\$ 1.073. Este Laudo foi aprovado na 53ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 28.03.2011.

Anualmente, ou quando houver indicação de uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos imobilizados, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados indícios externos e/ou internos de não realização futura do ativo imobilizado da Companhia.

9 INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	2020			2019		
		Custo de aquisição	Amortização	Saldo Contábil Líquido	Custo de aquisição	Amortização	Saldo Contábil Líquido
Software	10a.	3.642	(1.853)	1.789	3.586	(1.472)	2.114
Acervo (i)	5a. e 10a.	12.478	(6.556)	5.922	12.478	(4.758)	7.720
Gastos com desenvolvimento de projetos	10a.	3.372	(1.094)	2.278	1.352	(624)	728
Gastos administrativos e divulgação	10a.	926	(1.101)	(175)	1.325	(1.102)	223
Intangível em andamento		-	-	-	1.642	-	1.642
		20.418	(10.604)	9.814	20.383	(7.956)	12.427

- (i) O acervo é fruto de toda a produção de conteúdo feita pelo time DTCOM e é utilizado de uma forma sustentável para o desenvolvimento de novos conteúdos ou comercialização

Produção

Na produção sempre que o contrato permite e é possível convergir a ementa da disciplina com o conteúdo que já está produzida, o acervo é reaproveitado reduzindo-se os custos de produção.

Comercialização

A comercialização é segregada em corporativo e acadêmico. O acervo é disponibilizado em plataforma digital e os cursos são acessados pelos usuários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



- (ii) O intangível em andamento é composto, substancialmente, pela plataforma Wayco. Trata-se de um software desenvolvido internamente pela Companhia, e, que passou a operar no exercício de 2020.

(a) Movimentação do Intangível

	2018				2019
Custo	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Software	1.737	-	-	1.599	3.336
Acervo Técnico	9.863	265	-	2.600	12.728
Gastos com desenvolvimento de projetos	1.949	-	-	728	2.677
Intangível em andamento	6.479	90	-	(4.927)	1.642
	20.028	355	-	-	20.383
Amortização	(6.896)	(1.060)	-	-	(7.956)
Total Intangível	13.132	(705)	-	-	12.427

	31.12.2019				31.12.2020
Custo	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Software	3.336	306	-	-	3.642
Acervo Técnico	12.728	-	250	-	12.478
Gastos com desenvolvimento de projetos	2.677	378	399	1.642	4.298
Intangível em andamento	1.642	-	-	(1.642)	-
	20.383	684	649	-	20.418
Depreciação	(7.956)	(2.648)	-	-	(10.604)
Total Intangível	12.427	(1.964)	649	-	9.814

Da mesma forma que a Companhia reavaliou seus ativos tangíveis, foi realizada a reavaliação de seus bens intangíveis que foram aprovados da mesma forma descrita na nota 8. Os softwares referem-se a licenças adquiridas para utilização no parque tecnológico e setor administrativo.

Anualmente, ou quando houver indicação de uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos intangíveis, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”. Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados indícios externos e/ou internos de não realização futura do ativo intangível da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

10 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Taxa de juros	Vencimentos	31.12.2020		31.12.2019	
			Não		Não	
			Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
<u>Empréstimos</u>						
Banco ABC Brasil S.A. Nº 3748115	CDI + 7,44% a.a	05/05/2021	679		1.577	526
BRDE - SC - Financiamento 2.35566.01.0 - KOL	TJLP + 0,54% a.m	01/01/2023	282	238	246	369
BRDE - DTCOM	TJLP + 0,4% a.m	15/04/2027	253	1.436		
<u>Outros Empréstimos e Financiamentos</u>						
TV O Estado de Florianópolis		25/09/2020			126	
			1.214	1.674	1.949	895

Devido as medidas de controle de caixa e custos, a administração da Companhia em 2020, conseguiu reduzir sua dívida bancária, cujo saldo totalizava R\$ 2.888 em 31 de dezembro 2020 (2.844 em 31 de dezembro de 2019).

(a) Cronograma de Pagamentos

Em 31 de dezembro de 2020, a amortização principal dos empréstimos com instituições financeiras apresentava os seguintes vencimentos:

<u>Vencimentos</u>	<u>Valores</u>
2021	1.214
2022	516
2023	287
2024 em diante	870
	2.888

Os financiamentos foram contratados às taxas praticadas para o respectivo setor, tendo como garantias hipoteca de imóvel e aval dos membros do conselho de administração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

11 FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores nacionais são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e cujo vencimento é de até 12 meses. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo corresponde a R\$ 2.182 (R\$ 2.829 e 31 de dezembro de 2019).

12 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Uma parcela significativa das receitas registradas pela Dtcom é proveniente de contratos com clientes, os quais preveem a entrega de determinados serviços ao longo de um período de tempo. Desta forma, a Companhia mensura suas receitas a partir da efetiva entrega dos serviços contratados pelos clientes. A parcela dos serviços faturados e ainda não entregues, é registrada como Adiantamento de Clientes. Estes valores são reconhecidos no resultado do exercício apenas quando há a efetiva entrega do serviço contratado. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo corresponde a R\$ 1.277.

13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Como a realização do crédito potencial remanescente depende de eventos futuros, observada a Deliberação CVM nº. 371, não foram registrados os créditos tributários diferidos sobre os prejuízos fiscais em função da inexistência de histórico de rentabilidade, conforme preconizado na referida instrução. Este crédito tributário potencial, conservadoramente não reconhecido, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é assim resumido:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	31.12.2020		Total	31.12.2019		Total
	Imposto de renda	Contribuição social		Imposto de renda	Contribuição social	
Base negativa de contribuição social		53.661			50.589	
Prejuízo fiscal de imposto de renda	53.661			50.589		
Base de cálculo	53.661	53.661		50.589	50.589	
Alíquota	25%	9%		25%	9%	
Crédito tributário potencial	13.415	4.829	18.245	12.647	4.553	17.200
(-) Crédito tributário registrado	(10)	(4)	(14)	(13)	(5)	(18)
Crédito tributário potencial não registrado	13.405	4.825	18.231	12.634	4.548	17.182

14 PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 55.246 mil (R\$ 55.090 em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018), divididos em 7.338.756 (sete milhões, trezentos e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta e seis) ações ordinárias e 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Todas as ações da Companhia são escriturais, permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei 6404/76.

As ações preferenciais possuem preferência na prioridade no reembolso do capital, sem prêmio no caso de Liquidação da Companhia, e, no direito a percepção de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

(b) Reserva de Capital

O saldo de reserva de capital foi constituído no passado e é mantido para dar reforço ao capital. Sua destinação só ocorrerá por meio de incorporação ao capital social, absorção de prejuízos, resgate ou reembolso de ações.

(c) Reserva de reavaliação

Constituídos em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado, e com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

(d) Adiantamento para futuro aumento de capital

O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), constituído em dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, destina-se à redução do endividamento da Companhia à curto prazo. Obrigando-se o acionista, em caráter irrevogável e irretroatável, a subscrever o AFAC, a ser realizado mediante subscrição pública ou privada de 3.800.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, e utilizar o AFAC na integralização das ações.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

(e) Prejuízos acumulados / Lucro líquido (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos controladores e não controladores foi calculado através da divisão do prejuízo do exercício, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31.12.2020	31.12.2019
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	233	(10.863)
Quantidade de ações ao final do exercício (em milhares)	7.789	7.789
Lucro (Prejuízo) por ação no final do período	0,0299	(1,3947)

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro (Prejuízo) atribuível a detentores de ações ordinárias - Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação	220	(10.235)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	7.339	7.339
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	29,91	(1.394,54)
Lucro (Prejuízo) atribuível a detentores de ações preferenciais - Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação	13	(628)
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais	450	450
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	29,96	(1.396,62)

O lucro líquido foi absorvido pelos prejuízos acumulados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



15 RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2020	31.12.2019
<u>Receitas</u>		
. Transmissão de sinal via satélite	-	143
. Prestação de serviços	18.647	15.397
. Outras receitas	-	-
Total das Receitas Operacionais	<u>18.647</u>	<u>15.540</u>
<u>Dedução das Receitas Operacionais</u>		
. Impostos sobre vendas	(468)	(1.754)
. Receita a Realizar diferida	<u>(1.601)</u>	<u>(2.158)</u>
Total das deduções	(2.069)	(3.912)
Total das Receitas Operacionais, líquidas	<u>16.578</u>	<u>11.628</u>

16 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2020	31.12.2019
<u>Custos dos serviços prestados</u>		
. Pessoal	(2.492)	(4.416)
. Produção de conteúdo/gravação	(4.950)	(3.823)
. Depreciações e amortizações	(3.591)	(2.186)
. Serviços de terceiros	(446)	(391)
. Serviços de terceiros com transmissão	(7)	(313)
. Energia Elétrica	(95)	(131)
. Outros custos	<u>(14)</u>	<u>(10)</u>
Total dos custos dos serviços prestados	<u>(11.595)</u>	<u>(11.270)</u>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

17 DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	31.12.2020	31.12.2019
<u>Despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>		
. Pessoal	(1.230)	(1.638)
. Depreciações e amortizações	(603)	(738)
. Serviços de assessoria e consultoria	(359)	(496)
. Serviços de terceiros	(321)	(484)
. Despesas gerais	(29)	(430)
. Honorários da Administração	(896)	(357)
. Impostos e taxas administrativas	(134)	(243)
<u>Total das despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>	<u>(3.572)</u>	<u>(4.386)</u>
<u>Despesas com vendas</u>		
. Provisão para crédito de liquidação duvidosa	50	(962)
. Pessoal	(886)	(569)
. Serviços de assessoria e consultoria	(273)	(423)
. Serviços de terceiros	(69)	(142)
. Outras despesas	(19)	(33)
<u>Total das despesas comerciais</u>	<u>(1.197)</u>	<u>(2.129)</u>
<u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>		
. Perna no recebimento de partes relacionadas	(611)	(1.492)
. Outras receitas despesas	(395)	(162)
<u>Total das outras receitas operacionais</u>	<u>(1.006)</u>	<u>(1.654)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



18 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31.12.2020	31.12.2019
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos	(247)	(1.267)
Juros pagos ou incorridos	(205)	(1.269)
Multa dedutível	(456)	(792)
Outros	(52)	(67)
	<u>(960)</u>	<u>(3.395)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Variações monetárias ativas	13	15
Outros	(40)	328
	<u>(27)</u>	<u>343</u>
Resultado Financeiro	<u>(933)</u>	<u>(3.738)</u>

19 RECONCILIAÇÃO DO CÁLCULO DO IR/CS À ALÍQUOTA EFETIVA

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota efetiva está demonstrada a seguir:

	IRPJ		CSLL	
	2020	2019	2020	2019
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da Contribuição Social	233	(10.863)	233	(10.863)
Total da Adições	543	1.705	543	1.705
Total das Exclusões	<u>(3.848)</u>	<u>-</u>	<u>(3.848)</u>	<u>-</u>
Lucro real ou Prejuízo fiscal apurado	(3.072)	(9.158)	(3.072)	(9.158)
(=) Total compensado, limitado a 30%	-	-	-	-
Lucro real ou Prejuízo Fiscal, após compensação	<u>(3.072)</u>	<u>(9.158)</u>	<u>(3.072)</u>	<u>(9.158)</u>
Total Devido	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(a) Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 estão identificados a seguir:

Descrição	2020				2019			
	Ativos financeiros ao custo amortizado	Registrado pelo valor justo por meio de resultado	Saldo Contábil	Valor Justo	Ativos financeiros ao custo amortizado	Registrado pelo valor justo por meio de resultado	Saldo Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	3.554		3.554	3.554	2.521		2.521	2.521
Contas a receber de clientes (Nota 6)	1.532		1.532	1.532	514		514	514
Fornecedores (Nota 11)	(2.182)		(2.182)	(2.182)	(2.829)		(2.829)	(2.829)
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	(2.888)		(2.888)	(2.888)	(2.844)		(2.844)	(2.844)
Arrendamento Mercantil Nota 26)	(1.347)		(1.347)	(1.347)	(1.420)		(1.420)	(1.420)

(1) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Ativo Financeiro Contas a receber ao final do período está demonstrada na nota 5.

(2) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Passivo Financeiro Empréstimos e financiamentos ao final do período está demonstrada na nota 9.

(b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e as aplicações financeiras têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Contas a receber

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber, aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

Fornecedores

As transações com fornecedores são registradas inicialmente pelos seus valores nominais acrescidas, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. São designados passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado, estando o valor contábil próximo do valor de mercado em decorrência do vencimento a curto prazo e/ou do ajuste ao valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores justos para os empréstimos e financiamentos idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Derivativos

Durante este exercício a Companhia não realizou operações com derivativos.

Limitações

Os valores justos foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

Hierarquia do valor justo

Considerando a inexistência de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, não é aplicável a divulgação do nível de hierarquia.

(c) Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros, às atividades e à regulamentação do setor em que atuam, bem como às licenças necessárias para o desenvolvimento das atividades. A Companhia não opera instrumentos em moeda estrangeira, portanto, não considera esse risco como relevante para suas operações.

i. Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia ou outro ativo financeiro deixe de estar disponível, como os recursos aplicados em instituições financeiras.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



ii. Risco de Liquidez

A gestão de liquidez é feita pela Diretoria, considerando a necessidade de caixa e de liquidez no curto, médio e longo prazo.

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a administração da Companhia analisou e concluiu que tem instrumentos de ação para assegurar a liquidez e obter recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los ou recorrer a recursos dos acionistas, os quais, tem compromisso de manter a continuidade dos negócios.

iii. Risco de Taxas de Juros

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. O endividamento e as aplicações financeiras da Companhia estão sujeitos à flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento da Companhia também crescerão. Para reduzir a exposição, monitoramos constantemente às condições e oscilações econômicas gerais das taxas de juros e o vencimento de títulos de mercado em condições normais e adversas.

iv. Análise de sensibilidade

A Companhia possui ativos e passivos atrelado a taxa de juros em 31 de dezembro de 2020 e desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da variação nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, expostos a tais riscos. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava expostas na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes.

OPERAÇÃO	TAXA MÉDIA DE JUROS	RISCO	ATIVO (PASSIVO) POSIÇÃO EM 31.12.2020	CENÁRIO PROVÁVEL	RISCO DE REDUÇÃO		RISCO DE AUMENTO	
					CENÁRIO 1 POSSÍVEL	CENÁRIO 2 REMOTO	CENÁRIO 1 POSSÍVEL	CENÁRIO 2 REMOTO
CDI				2,38%	2,00%	1,00%	2,98%	3,50%
Aplicação Financeira	103% da CDI	Flutuação do CDI	110	3	2	1	3	4
Empréstimos								
Banco ABC Brasil S.A. Nº 3748115	CDI + 7,44% a.a	Flutuação do CDI	679	16	14	7	20	24
TJLP				4,55%	4,00%	3,00%	5,69%	6,00%
Empréstimos								
BRDE - SC	TJLP + 0,54% a.m	Flutuação do TJLP	520	24	21	16	30	31
BRDE - DTCOM	TJLP + 0,4% a.m	Flutuação do TJLP	1.689	77	68	51	96	101

21 COBERTURA DE SEGUROS (Não Auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Os montantes das coberturas contratadas, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, correspondem a:

Descrição	Tipo de seguro	31.12.2020	31.12.2019
Estações transmissoras e receptoras	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubos e equipamentos eletrônicos	6.070	6.070
Veículos	Danos materiais e corporais a terceiros		

22 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui alguns processos nas áreas trabalhistas e previdenciárias, responsabilidade civil. Os processos apresentados neste item foram selecionados considerando, principalmente, sua capacidade de representar impacto significativo no patrimônio da Companhia, na capacidade financeira ou nos negócios.

Para identificar o grau deste impacto, a Companhia possui três categorias de risco de perda: Perda provável (que requerem provisionamento de recursos); Perda possível (que não requerem provisionamento de recursos); Perda remota (que não requerem provisionamento de recursos), esta avaliação de risco é realizada por advogados externos.

Os valores provisionados são suficientes para cobertura dos riscos apontados, sendo os mesmos atualizados com base nos relatórios apresentados pelos consultores jurídicos em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro 2019, estão identificados a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Ações Trabalhistas	70	76
	70	76

O cálculo dos valores a serem provisionados reflete a melhor expectativa de perda de ações judiciais e administrativas, repassado conjuntamente com os advogados externos, responsáveis pela condução dos processos. Somente encontram-se provisionadas valores relativos aos processos cujo prognóstico apurado com os advogados externos é provável.

Não há outros processos em curso no âmbito judicial com probabilidade de perda possível.

23 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS EMPREGADOS

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Desta forma, foi proposto na AGO realizada em 30 de abril de 2020 o montante global da remuneração anual da Administração, fixada em até R\$ 2.000 milhões para o exercício de 2020.

Os membros do Conselho de Administração no ano de 2020 não foram remunerados de qualquer natureza.

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

A remuneração dos diretores estatutários no ano de 2020 foi R\$ 896 (357 em 2019).

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e uma remuneração variável, atrelada às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Políticas de remunerações dos empregados e administradores da Companhia:

(a) Política salarial e remuneração variável

A política salarial da DTCOM utiliza como parâmetro o valor referência de mercado, como também o desempenho econômico-financeiro. A evolução dos salários será prevista no orçamento, da mesma forma que todas as despesas, receitas e investimentos planejados pela Companhia. Como todos os itens do orçamento, a evolução dos salários será acompanhada regularmente pelos sistemas de informações gerenciais além do reajuste anual previsto em Convenção Coletiva do Sindicato da categoria.

A remuneração variável é utilizada somente para a área comercial, sendo pago salário fixo mais comissões.

(b) Política de Benefícios

O fornecimento de benefícios é apontado como um dos fatores que atrai e retém talentos nas organizações. Compõe-se de ações voltadas para satisfazer as necessidades dos colaboradores e envolvem aspectos sociais, culturais, de autoestima e auto realização.

Atualmente a Companhia concede sem descontos em folha para todos os seus colaboradores independentemente de cargo ou tempo de serviço os benefícios: Assistência médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Auxílio Creche. Quanto ao Vale Refeição é descontado apenas um valor simbólico e Vale Transporte ou Combustível 6% conforme previsão legal.

24 SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio. A receita da Companhia está segmentada de acordo com os segmentos operacionais definidos. A Administração definiu como segmentos operacionais: Fábrica Acadêmico, Fábrica Corporativo, acervo/sistemas e Teleporto.

Segmento	2019						
	Receita Bruta	%	Impostos	Custos	%	Margem de	%
Fábrica Acadêmico	9.240	69%	-1.286	-3.464	59%	5.776	76%
Fábrica Corporativo	704	5%	-176	-267	5%	437	6%
Acervo/Sistemas	1.660	12%	-94	-538	9%	1.122	15%
Teleporto	1.788	13%	-209	-1.556	27%	232	3%
	13.393	100%	-1.765	-5.825	100%	7.568	100%

Segmento	2020						
	Receita Bruta	%	Impostos	Custos Variáveis	%	Margem de Contribuição	%
Fábrica Acadêmico	12.585	74%	-164	-4.378	70%	8.207	76%
Fábrica Corporativo	1.343	8%	-55	-490	8%	853	8%
Acervo/Sistemas	1.289	8%	-87	-236	4%	1.053	10%
Teleporto	1.829	11%	-162	-1.119	18%	710	7%
	17.046	100%	-468	-6.223	100%	10.823	100%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

25 OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - IFRS16 / CPC 06

Os valores de arrendamento estão registrados na conta de direito de uso, na rubrica de ativo imobilizado, e sua depreciação está ocorrendo no prazo de vigência contratual. Para determinar o prazo de arrendamento foi considerado o prazo contratual.

A movimentação do passivo de arrendamento por direito de uso está demonstrada a seguir:

Movimentação do passivo	Total
Em 31 de dezembro de 2019	1.944
Operações canceladas	(87)
Juros incorridos	(47)
Pagamentos	(463)
Em 31 de dezembro de 2020	1.347
Totais do passivo	
Circulante	458
Não circulante	889

Contas contábeis	Em milhares de R\$
Bens de direito de uso - Ativo imobilizado	2.508
Depreciação Acumulada - Ativo imobilizado	(1.253)
Arrendamento - Passivo não circulante	(1.347)

Os respectivos valores estão registrados na conta de passivo de arrendamento e o saldo será amortizado pelos pagamentos mensais. Os pagamentos futuros foram trazidos a valores presente por uma taxa média ponderada de 0,52% ao ano, onde o contrato se encerra no ano de 2023.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo de arrendamento possui o seguinte cronograma de desembolso (valores por ano, não descontados a valor presente):

ANO	VALOR ANUAL
2021	440
2022	440
2023	367
TOTAL	1.247

26 PANDEMIA DE CORONAVÍRUS (COVID-19)

A administração da Companhia acompanha com atenção a evolução da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), bem como seus reflexos na economia global e no mercado brasileiro.

Foram adotadas as medidas recomendadas pelas autoridades competentes para proteger a saúde de seus colaboradores e buscar impedir qualquer interrupção em suas atividades operacionais. A administração segue com foco na segurança das pessoas, continuidade de nossas operações e monitoramento da liquidez.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



A Companhia avaliou seus principais contratos junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia do COVID-19, as suas principais obrigações contratuais foram cumpridas.

A Companhia monitora periodicamente a necessidade de reavaliação das premissas de classificação de risco dos clientes que baseiam o cálculo da estimativa de perdas por créditos de liquidação duvidosa, bem como a existência dos indicadores de *impairment* sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

Até a emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não identificou a necessidade de alteração relevante na classificação de risco de seus clientes que gerasse incremento material no montante estimado de perda por créditos de liquidação duvidosa registrado em 31 de dezembro de 2020 ou outros efeitos adversos a serem contabilizados nestas demonstrações financeiras.

A retomada dos diversos setores e a volta gradual e segura das atividades presenciais nas instituições de ensino desenham um novo normal para a vida dos brasileiros. Um esforço em conjuntos se faz necessário para que as adaptações sejam feitas e o futuro continue sendo construído a partir de agora. Sem dúvida, a educação faz parte dessa construção.

Com a pandemia da Covid-19, do dia para a noite, milhões de estudantes e centenas de milhares de professores tiveram que se adaptar às aulas remotas. Diante do atual cenário, percebe-se que a educação a distância tem sido a principal alternativa para manter os estudos mesmo na quarentena.

Sem aulas presenciais, as instituições de ensino precisaram adotar a educação a distância (EAD) como meio para dar continuidade às aulas, seja nas escolas de ensino básico, fundamental e médio, escolas de ensino superior, como faculdades.

Podemos dizer que esta é uma boa opção frente ao cenário de pandemia que estamos vivendo no momento, onde não sabemos quando as coisas vão voltar ao normal. Porém, nem todos os estudantes do país possuem acesso a computadores e internet de qualidade.

De acordo com o Censo da Educação Superior, feito pelo Inep, pela primeira vez na história, o número de vagas ofertadas para os cursos universitários a distância foi maior do que as vagas ofertadas nos cursos presenciais - 7,1 milhões contra 6,3 milhões.

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, acreditamos que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los. Também temos o aval dos acionistas para captar novos recursos caso necessário.

A Dtcom continua acreditando no mercado, que combina resiliência, oportunidades de crescimento e tem se mostrado um dos setores defensivos no ambiente da pandemia da Covid-19. Reforçamos nosso foco nos colaboradores, clientes, responsabilidade social e agilidade em um cenário de pandemia, e estamos cada vez mais confiantes que a Companhia está no caminho certo para antecipar tendências e fortalecer sua posição no setor. Reforçamos o monitoramento das necessidades de caixa com o objetivo de preservar a liquidez.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

27 ATIVO DISPONÍVEL PARA VENDA

O Conselho de Administração da Companhia reuniu-se em 30 de outubro de 2020 para celebrar a 80ª Reunião do Conselho de Administração, cuja pauta foi aprovar a venda do imóvel situado à Avenida Dom Pedro II, 1720 na Cidade de Quatro Barras - Paraná, perfazendo uma área de 15.000 mil metros quadrados, objeto da matrícula 04.414, expedida pelo Registros de Imóveis - Comarca Campina Grande do Sul - Paraná. A avaliação do imóvel foi realizada por empresa especializada e terceirizada, e, indicou valor superior ao contábil, incluindo a dedução das despesas de venda. Existe uma negociação em curso e a intenção da administração é concluir a operação de venda à parte interessada até o fim do segundo trimestre de 2021.

28 EVENTO SUBSEQUENTE

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de janeiro de 2021, entre outros assuntos, foi deliberado alterar a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social no valor de R\$ 13.132.959,60 (treze milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos), aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 25/03/2020. Em consequência, o capital social integralizado da Companhia ficará alterado para R\$ 68.223.102,16 (sessenta e oito milhões, duzentos e vinte e três mil, cento e dois reais e dezesseis centavos), divididos em 10.680.476 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil e quatrocentos e setenta e seis) ações ordinárias 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferenciais.

* *